

ANGELITA MATOS SOUZA
(IGCE-UNESP)

ESTADO E DEPENDÊNCIA NA ARGENTINA (2003-2019)

Relatório Final de Pós-doutorado
realizado na Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Instituto de Políticas
Públicas e Relações Internacionais
(IPPRI), São Paulo/SP. (ID 4933)

Supervisor: Prof. Dr. Héctor Luis Saint
Pierre (IPPRI-UNESP)

Período coberto pelo Relatório Científico Final: 02/11/2023 a 31/12/2025.

Agência de Fomento: FAPESP (Auxílio Regular, processo número 2023/12293-4)

São Paulo

2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao supervisor, Prof. Dr. Héctor Luis Saint Pierre (IPPRI-UNESP), por acolher a proposta e por todo o apoio prestado durante a realização da pesquisa. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro concedido (auxílio regular, processo nº 2023/12293-4).¹ Agradeço à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, pela oportunidade propiciada pelo Programa de Intercâmbio Latino-Americano (PILA) para professores da UNESP, intercâmbio realizado em novembro de 2024 na Universidade Nacional do Nordeste (UNNE). Especialmente, agradeço muitíssimo ao apoio concedido durante a minha estada ali. Agradeço aos colegas da UNNE e da UBA, na Argentina, por me receberem com tanta generosidade e presteza. Por fim, agradeço aos funcionários do IPPRI e da Reitoria, aos quais recorri, recebendo toda ajuda necessária.

¹ As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	03
2. REALIZAÇÕES DO PERÍODO (2023-2025)	07
2023	06
2024.....	08
2025.....	12
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
4. REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO: RESUMO DO PROJETO DE PÓS-DOCTORADO

A síntese do projeto nos próximos parágrafos será um pouco repetitiva com relação ao que foi apresentado no Relatório Parcial (RP).² Como relatado ali, a pesquisa da docente sobre Estado e dependência iniciou-se durante o Mestrado, na área de Ciência Política, realizado no IFCH-Unicamp, sob a orientação do Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes. O ponto de partida era o de que, se havia uma economia capitalista dependente, haveria de ter também um Estado capitalista dependente, passível de caracterização a partir da articulação entre o geral e o particular. No Doutorado em Economia, no IE-Unicamp, sob a orientação do Prof. João Manuel Cardoso de Mello e, com a sua aposentadoria, orientação assumida pelo Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves, foi investigado o processo de industrialização e financeirização da economia brasileira durante a ditadura militar, pesquisa na qual a problemática do Estado e da dependência reaparece sobretudo no que concerne ao endividamento externo ocorrido no período. Na tese de livre-docência, mais uma vez, o objeto de estudo foi o Estado e a dependência, com foco nos governos do PT, após a análise das duas correntes principais da teoria da dependência — a teoria marxista da dependência (TMD) e a em torno da obra de Cardoso e Faletto (1969 [2004]) —; sendo abordado o lugar do Estado em ambas e a fase atual das relações de dependência.

Foi um percurso longo de estudos sobre Estado e dependência, ou sobre o Estado dependente, centrado no caso brasileiro, ainda que em vários textos da docente apareçam ponderações acerca de outros casos. No projeto, objeto deste relatório, entre os objetivos estava o de avançar no campo da denominada teoria da dependência, conferindo prioridade à temática do Estado de uma perspectiva societal (ou sociocêntrica), e não institucionalista. Ou seja, valorizando as relações de classe, tanto entre classes e frações de classe dominantes (no bloco no poder) quanto entre classes antagônicas. Um propósito reconhecidamente difícil, dada a complexidade na área da teoria crítica do Estado e as insuficiências da teoria da dependência no que se refere à problemática do Estado (uma lacuna intrigante, apontada na produção bibliográfica da pesquisadora). Não obstante, apesar dessas dificuldades, a avaliação era de que persistir nessa agenda de investigação era relevante. Eis a razão do projeto de pesquisa “Estado e dependência na Argentina (2003-2019)”: considerava-se limitado continuar estudando e escrevendo sobre o Estado dependente com base no Brasil, particularizado por ter realizado a maior revolução

² Também reproduz parte do relatório final encaminhado à FAPESP.

industrial na região latino-americana no século XX. A escolha da Argentina foi justificada em vista das similaridades e diferenças com o caso brasileiro nas trajetórias *desenvolvimentistas*; devido à importância econômica e geopolítica das relações entre os dois países; além de as crises frequentes que singularizam o país vizinho expressarem de forma mais clara os limites impostos pelas relações de dependência.

Especificamente, foi proposto um estudo sobre a política econômica e a política externa do Estado argentino no período de 2003 a 2019, porém a pesquisa acabou contemplando a última ditadura argentina (1976-1983), a fase da transição democrática e o período dos governos Menem (1989-1999), na tentativa de melhor entender a Era Kirchner (2003-2015) e o governo Macri (2015-2019). O fator China também faz parte do projeto, dado a sua centralidade para se *repensar* as relações de dependência este século; já a intenção de um estudo comparativo entre Argentina e Brasil não consta, ainda que as comparações estejam presentes na produção bibliográfica publicada. A análise comparativa foi descartada porque exigiria uma incursão na área da metodologia para estudos comparativos avaliada como irrealizável ao mesmo tempo em que a história argentina seria desbravada, um caso fascinante, todavia denso.

No campo dos procedimentos metodológicos, prevaleceu a pesquisa bibliográfica, mas as publicações trazem gráficos/tabelas com dados empíricos levantados em fontes primárias. Com relação ao método de abordagem procurou-se praticar a análise integrada entre fatores internos e fatores externos (CARDOSO; FALETTTO, 2004). À realização do levantamento bibliográfico ajudou muito os campos na Argentina, principalmente o diálogo com colegas de universidades de lá (UBA; UNNE); e recorreu-se a um leque diversificado de autores, majoritariamente argentinos. O referencial teórico adotado foi a própria teoria da dependência, a teoria crítica do Estado e a proposta da teoria ampliada do capitalismo de Nancy Fraser (uma novidade com relação a produções bibliográficas da docente sobre o Estado dependente).

A tese da dependência política como efeito da dependência econômica foi refutada e defendida a ideia de que a reprodução da economia capitalista dependente *depende do Estado*. Como nos textos sobre o Brasil, argumentou-se que o *efeito político* principal do processo de desenvolvimento capitalista desigual e hierárquico em escala mundial reside na conformação de um Estado dependente nos países periféricos (ou do Sul global, para usar a linguagem atual); o que não deveria ser concebido como mera consequência da dependência econômica. Uma ideia-guia é a de correspondência recíproca entre economia e esfera política/Estado na análise dos processos de desenvolvimento capitalista de

maneira geral, incluídas as formações sociais periféricas e dependentes, de capitalismo retardatário.

Em versão resumida, no projeto, os objetivos da pesquisa foram assim elencados:

Objetivo Geral: Repensar a teoria da dependência de maneira articulada à teoria crítica do capitalismo na sua fase neoliberal, com destaque para a problemática do Estado dependente e tendo como estudo de caso a Argentina no século XXI.

Objetivos Específicos: 1) Caracterizar o processo de conformação e consolidação da fase da novíssima dependência na Argentina, tentando elucidar o papel do Estado; 2) Analisar a Era Kirchner e identificar as causas da vitória eleitoral da proposta neoliberal de Mauricio Macri; 3) Buscar explicar a oscilação do pêndulo - intervencionismo estatal *versus* neoliberalismo - no século XXI na Argentina à luz da teoria da dependência; 4) Investigar as relações entre Argentina e China neste século.

No Relatório Parcial (que acompanhou o pedido de prorrogação, aprovado), já com muitas leituras realizadas, os objetivos foram assim reformulados: 1. Realizar um estudo sobre Estado e dependência na Argentina (2003-2019), com ênfase na Era Kirchner, voltando um pouco no tempo. 2. Repensar a teoria da dependência de maneira articulada à teoria crítica do capitalismo na sua fase neoliberal, destacando a problemática do Estado dependente. 3. Investigar a articulação entre fatores externos e internos nas crises políticas, em especial nos governos de Cristina Kirchner. 4. Averiguar o peso do fator China para a autonomia estatal nos governos Kirchner. 5. Analisar as mudanças introduzidas pelo governo Macri.³

Para cumprir os objetivos, a investigação mirou o peso de interesses econômicos estrangeiros na vida política nacional argentina, deveras relevante, com interesses de representantes do grande capital local muito *associados* aos de capitais forâneos, em especial no setor agroexportador, fortalecido desde a última ditadura militar (1976-1983). Acontecimento de enorme importância para o processo de elaboração das políticas estatais, uma vez que a estrangeirização da economia, traduzida em força político-ideológica internamente, constitui um obstáculo para vitórias duradouras contra o campo

³ Neste momento, as relações entre Argentina e China são o foco, assim como o aprofundamento da dimensão territorial no conflito com o campo (há um orientando envolvido); temáticas sobre as quais se avançou menos, pois, inicialmente, a prioridade foi a análise macropolítica dos governos Kirchner e o de Macri, cuja tentativa de entendimento levou ao recuo até a última ditadura militar e esse retorno a estudar mais sobre o peronismo, sem falar no tempo dedicado ao estudo dos governos Menem. Implica afirmar que a pesquisa prossegue, até porque diz respeito ao trienal da docente, a intenção é finalizar o pós-doutorado, cujos objetivos foram cumpridos e continuar estudando o caso argentino, abarcando o governo Milei. A docente almeja aposentar-se em 2027/2028, mas continuará vinculada à Pós-graduação até a defesa do último orientando, logo, seguirá pesquisando.

neoliberal, sem rupturas significativas com o passado, remoto ou mais recente (a investigação partiu da última ditadura militar). Como em toda parte, na Argentina, o passado condicionou as circunstâncias quando forças políticas progressistas alcançaram o poder estatal, porém as oscilações entre (neo)liberalismo e intervencionismo se mostram mais radicalizadas, ao menos em comparação com o Brasil.

2. REALIZAÇÕES DO PERÍODO (2023-2025)

2023

Embora o processo de submissão tenha começado no início de 2023, a deliberação foi recebida pela docente no final desse ano ou início de 2024. Ou seja, o processo de aprovação demorou um pouco, mas apesar da incerteza, foi dado andamento ao projeto, com o levantamento bibliográfico sobre a história da Argentina. É difícil aventurar-se a aprender sobre um país cuja história era conhecida apenas superficialmente. Limitação descoberta com a investigação, pois, antes, havia mais confiança da parte da pesquisadora acerca do seu conhecimento sobre a história argentina. Confiança que desmoronou e, em 2023, o estudo sobre o século XX foi priorizado, visando avançar na compreensão do século XXI.

O principal resultado do ano, além do conhecimento adquirido, foi a aprovação pela FAPESP do Auxílio Regular [Processo número: 2023/12293-4. Período de Vigência: de 01/02/2024 a 31/01/2026], na medida que o apoio financeiro seria muito útil. No campo da produção bibliográfica, neste ano, houve produções de autoria unicamente da docente e outras com colegas ou alunos, no entanto, relacionadas à pesquisa apenas da perspectiva da discussão teórica:

Artigos em periódicos:

1. SOUZA, A. M. Por que o regime de expropriação neoliberal sobrevive? *RIDPHE*. REVISTA IBEROAMERICANA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO. v.9, p.23, 2023. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/18588/13119>
2. SOUZA, A. M.; BRAGA, S. Las relaciones Brasil - China en perspectiva de la “teoría de la dependencia”. *Red China y América Latina: Enfoques Multidisciplinarios (REDCAEM)*, 2023. Disponível em: <https://chinayamericalatina.com/wp-content/uploads/2023/07/WP34-May-2023-REDCAEM-.pdf>
3. SANTOS, J. L.; SOUZA, A. M. Capitalismo neoliberal. *GEOTEXTOS* (ONLINE)., p.35 - 55, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/54952>
4. BARBERIO, L. G.; SUGAHARA, M. C. G.; SOUZA, A. M. Teoria expandida do capitalismo proposta por Nancy Fraser e sua contribuição para o estudo da geografia do

capitalismo. *Revista Espaço e Geografia* (UnB). v.26, p.152 - 172, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/issue/view/2600>

Organização de livros e autoria de capítulos:

5. SOUZA, A. M.; MARTUSCELLI, D. Organização e redação da Apresentação da segunda edição do livro *República do Capital*, de Décio Saes. São Paulo: BOITEMPO, 2023, v.1, p. 7 - 9.

6. TZEIMAN, A.; SOUZA, A. M.; GRANATO, L.; FRIGGERI, F. P.; IRUSTA, S. M. (Orgs.). *Ensayos críticos del Estado Latinoamericano*, ed.1. Villa María - Córdoba: Instituto Académico Pedagógico de Ciencias Sociales (IAPCS) da Universidad Nacional de Villa María (UNVM), 2023, v.1.

7. SOUZA, A. M.; CHAVES, K. Estado e expropriação territorial no Brasil. In: *Ensayos críticos del Estado Latinoamericano*, ed.1. ed.1. Villa María - Córdoba: Instituto Académico Pedagógico de Ciencias Sociales (IAPCS) da Universidad Nacional de Villa María (UNVM), 2023, v.1, p. 83 - 97.

Trabalhos em Anais de Eventos e participação em MR:

8. BRAGA, S.; SOUZA, A. M. A burguesia interna vai à China? Teoria da dependência e práticas empresariais no capitalismo brasileiro contemporâneo. In: *Anais do 47 Encontro Anual da ANPOCS*, 2023, Campinas.

9. *47 Encontro Anual da ANPOCS*, 2023, Campinas. MR-66. *Teoria da Dependência: atualidade, perspectivas comparadas e atualizações*. Coordenador/a: Sergio Braga (UFPR). Debatedora: Angelita Matos Souza (UNESP). Expositores: Ana Garcia (PUC-Rio); Carlos Eduardo Martins (UFRJ); Claudio Katz (IEALC, Argentina).

10. SOUZA, A. M. Teoria da dependência: relevância, atualidade e limite. In: *Anais do 9 Encontro Nacional da ABRI*, 2023, Belo Horizonte.

11. SOUZA, A. M. Teoria da dependência: uma teoria e ainda relevante? In: *Anais do 21 Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2023, Belém.

Artigos de opinião:

SOUZA, A. M. A fortuna (?) do lítio. *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. Amazônia: constrangimentos externos & vida política doméstica. *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. América do Sul: onda cinza? *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. Argentina, que te passou? *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. Argentina, que te passou? (2). *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M.; BRAGA, S. Brasil y China: Resultados del viaje del presidente Lula y futuro de las relaciones. *REDCAEM*, online, 2023.

SOUZA, A. M. Cem Dias de alegrias. *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. China, a salvação da lavoura? *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. Estado desenvolvimentista, burguesia nacional e mobilização popular. *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. EUA e o imperialismo do bem. *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. Marco temporal e ONGs. *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. O problema dos sucessores: o caso da Bolívia. *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. Tem sentido falar em luta de classes? *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. Venezuela. *Jornal GGN*, online, 2023.

SOUZA, A. M. 50 Dias de governo: um erro e acertos da política externa. *Jornal GGN*, online, 2023.

2024

O ano de 2024 foi bem movimentado, além das aulas (240 horas-aulas), orientações, defesas, coordenação de um projeto de extensão (“Amazônia nas escolas”); término da organização da 2ª edição ampliada de *República do Capital*, de Décio Saes (Ano de publicação: 2024, pela Boitempo); publicações para eventos e participações nestes; a docente ainda fez parte ativa do projeto de pesquisa iniciado em 2022 e concluído em dezembro de 2024: *A crise política, a nova direita, o Estado e os conflitos de classes no Brasil*. Sob a coordenação do Prof. Dr. Armando Boito Junior [Projeto Universal CNPq 2021], o projeto contou com a participação de pesquisadores de várias universidades do Brasil (alguns de fora), sendo uma experiência muito rica, com reuniões mensais, produções conjuntas e encerrada com um Seminário em dezembro de 2024, que levou o mesmo título do projeto. Outro resultado foi a publicação do livro: Boito Jr, A., Martuscelli, D., & Guilmo, N. (Orgs.). *Instabilidade e crise na política brasileira*. Lutas Anticapital, 2025. Na obra há um capítulo da docente em coautoria com Danilo Martuscelli: Crise política e movimento pendular da burguesia interna industrial nos governos de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner.

A docente também permaneceu entre os coordenadores da *Red de Estudios Críticos del Estado Latinoamericano* (RECEL), formada desde 2021, menos produtiva em 2024, por causa do ativismo político dos membros argentinos da Rede (a maioria). Em meio a tudo isso, foi realizada parte da pesquisa bibliográfica sobre a Argentina, relacionada ao projeto de pós-doutorado (IPPRI) e ao projeto FAPESP (simultâneos). Sem dúvida, a melhor porção do ano de 2024. A história do país vizinho é envolvente como um ótimo romance, todavia, estudá-la implica em um risco incontornável: o da dispersão. No caso, tendo em vista que a pesquisa está centrada no século XXI, acabou-se dedicando mais tempo do que o necessário ao estudo do século XX, em especial ao peronismo e antiperonismo. De todo modo, a conclusão é de que valeu a pena.

Uma experiência que ajudou muito foi a participação da docente-pesquisadora no Programa de Intercâmbio Latino-Americano (PILA) para professores da UNESP, realizado em novembro de 2024, na Universidade Nacional do Nordeste (UNNE). O intercâmbio ocorreu na Faculdade de Humanidades de Resistencia e a oportunidade permitiu a interlocução com vários docentes-pesquisadores dali, entre eles: Profa. Dra.

Graciela Guarino (Decana da Faculdade de Humanidades); Profa. Dra. María Silvia Leoni (História); Prof. Dr. Eduardo Aguilar (Economia. Ex-senador da Província do Chaco); Prof. Dr. Enrique Schaller (Vice-diretor do Instituto de Investigações Geo-históricas – CONICET); Prof. Dr. Leandro Moglia (História Econômica); Prof. Dr. Fernando Bonfanti (Geografia); Prof. Dr. Marcos Medina (Ciência Política); Prof. Dr. Manuel Schiro (Ciência Política/Relações Internacionais); Prof. Dr. Sergio Valenzuela (Ciência Política). O coordenador acadêmico (tutor), que organizou todas as reuniões, além de uma palestra da docente sobre os governos do PT, foi o Prof. Dr. Adrián Almirón (História Econômica), e não há palavras para agradecer à sua receptividade e paciência ao acompanhar cada atividade. Frequentemente, nas reuniões, as mesmas questões eram feitas/refeitas, a fim de contrastar as respostas, “método” que levava a mais indagações, sendo ótimo para a pesquisa, apesar de tornar tudo mais complexo. Em contrapartida, a docente respondeu a muitas perguntas sobre o Brasil e ministrou a palestra: “Gobiernos del PT: ¿desarrollistas? ¿Y qué esperar del gobierno Lula 3?”.

Com relação à produção bibliográfica de 2024, a seguir, constam as realizações do ano. Por certo, não estão todas diretamente relacionadas ao projeto, alguns trabalhos foram submetidos antes do seu início e publicados em 2024. Contudo, abordam a fase atual do capitalismo (neoliberal/financeirizada) e/ou a problemática da dependência, havendo conexão com o projeto de pós-doutorado que agora finalizamos. Duas produções são da docente-pesquisadora, as demais são coautorias com orientandos:

Artigos completos publicados em periódicos:

1. SOUZA, A. M. Capitalismo e as esferas da expropriação e da reprodução social. *Geosul*. v. 39, p. 122-138, 2024.
2. SOUZA, A. M. Capitalismo: totalidade social e lutas de classe. *Crítica Marxista*. v. 30, p. 109-116, 2024.
3. SOUZA, A. M.; SANTOS, J. L. Expropriação na teoria ampliada do capitalismo de Nancy Fraser e trabalho doméstico no Brasil. *RITA (Revue Interdisciplinaire de Travaux sur les Amériques)*, v. 17, n. p., 2024.
4. VIEIRA, B. H. V.; SOUZA, A. M. Reservas de valor na Amazônia: Uma análise da intersecção entre desmatamento e rentismo. *CONFINS (PARIS)*, v. 65, p. 1-30, 2024.
5. ASSIS, N. R.; VIEIRA, B. H. V.; SOUZA, A. M. Paragominas-PA e a crise ambiental na Amazônia: Uma experiência bem-sucedida de planejamento municipal. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 2, p. 204-223, 2024.
6. BEILER, R.; SOUZA, A. M. Dependência e investimentos estrangeiros: o caso da BMW em Araquari (SC). *Revista Percurso (Online)*, v.16, p. 91-117, 2024.

Trabalhos publicados em Anais de eventos:

7. SOUZA, A. M. Considerações sobre os governos Dilma Rousseff à luz da teoria da dependência. In: *XII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política "América Latina*

como actor en la configuración geopolítica global". Lisboa, 2024. Disponível em: <https://alacip.org/cong24/17-souza-24.pdf>

8. BRAGA, S.; SOUZA, A. M. O empresariado brasileiro vai à China? Práticas empresariais e relações Brasil-China no governo Lula 3. In: *XII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política "América Latina como actor en la configuración geopolítica global"*. Lisboa, 2024. Disponível em: <https://alacip.org/cong24/14-5945992-braga-24.pdf>

9. SOUZA, A. M.; MARTUSCELLI, D. Uma análise comparada das crises política e econômica nos governos de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff. In: *14o Encontro ABCP*. Salvador-BA, 2024.

O último trabalho (9), apresentado no *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, expõe resultados parciais da pesquisa e foi significativamente melhorado, para ser publicado como capítulo na coletânea lançada em 2025, como resultado do projeto de pesquisa, mencionado acima, sob a coordenação do Prof. Dr. Armando Boito Junior [Projeto Universal CNPq 2021].

No *XII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*, ocorrido em Lisboa, além dos textos mencionados acima (7 e 8), também foi apresentado o trabalho “O Estado dependente no Brasil e na Argentina (2003-2023)”, no âmbito do Grupo de Investigación Estado, Instituciones y Desarrollo de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (GIEID-ALACIP). Na oportunidade, basicamente, foi exposto o projeto de pesquisa, estabelecendo-se comparações com o Brasil, sendo o debate suscitado bastante rico. O trabalho em parceria com o Professor Sérgio Braga (UFPR) também foi apresentado pela docente no âmbito do GIEID-ALACIP: “O empresariado brasileiro vai à China? Práticas empresariais e relações Brasil-China no governo Lula 3”, além de publicado no site/Anais do evento.

No quesito publicações, cabe indicar também artigos no *Jornal GGN* (Online), na seção Geopolítica, alguns sobre a Argentina.

1. SOUZA, A. M. A Venezuela é uma ditadura? *Jornal GGN*, 2024. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/america-latina/a-venezuela-e-uma-ditadura-por-angelita-matos-souza/>

2. SOUZA, A. M. Argentina e as eleições no Brasil em 2026. *Jornal GGN*, 2024. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/america-latina/argentina-e-as-eleicoes-no-brasil-em-2026-por-angelita-m-souza/>

3. SOUZA, A. M. Dependência e transição energética. *Jornal GGN*, 2024. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/economia/dependencia-e-transicao-energetica-por-angelita-matos-souza/>

4. SOUZA, A. M.; GOMEZ, M. O. Movimento feminista na Argentina. *Jornal GGN*, 2024. Disponível: <https://jornalgggn.com.br/cidadania/movimento-feminista-na-argentina-por-souza-gomez/>

5. SOUZA, A. M. Mujica e a democracia uruguaia. *Jornal GGN*, 2024. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/america-latina/mujica-e-a-democracia-uruguaia-por-angelita-matos-souza/>
6. SOUZA, A. M. Os abutres e a Argentina. *Jornal GGN*, 2024. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/internacional/os-abutres-e-a-argentina-por-angelita-matos-souza/>
7. SOUZA, A. M. Um ano de governo Lula 3. *Jornal GGN*, 2024. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/geopolitica/um-ano-de-governo-lula-3-por-angelita-matos-souza/>

Participações em eventos:

1. *VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos* (VIII CBG). Realizado na USP, São Paulo/SP, de 07 a 12 de julho de 2024. Neste evento, duas orientandas apresentaram trabalhos em coautoria com a docente (Júlia Lima dos Santos; Nathália Ribeiro de Assis); que também ministrou o minicurso: “Teoria da dependência e o caso argentino”.
2. *XII Congresso Latinoamericano de Ciência Política "América Latina como ator na configuração geopolítica global"*. Realizado na sede do ISCTE, em Lisboa, Portugal, de 17 a 20 de julho de 2024. Neste evento, a docente-pesquisadora apresentou três trabalhos, dois disponíveis integralmente nos Anais do evento e dois apresentados no âmbito do GIEID-ALACIP, como já mencionado.
3. *14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador/BA, de 05 a 08 de agosto de 2024. Neste evento, a docente-pesquisadora participou como expositora em uma Mesa Redonda (MR - Formas contemporâneas da dominação política burguesa) e apresentou o trabalho “Uma análise comparada das crises política e econômica nos governos de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff”, na Área Temática (AT-11) Política e Economia.
4. *48º Encontro Anual da ANPOCS*. Realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas/SP, de 23 a 25 de outubro de 2024. Neste evento, a docente-pesquisadora participou como expositora em uma Mesa Redonda (MR – Economia, política e classes sociais no terceiro governo Lula), também apresentou um trabalho em coautoria no GT-35 (Estado e burguesia no Brasil: política econômica, social e externa). Trabalho não publicado nos Anais do evento.
5. Primeira Fase do XXXVI Congresso de Iniciação Científica da Unesp - CIC, avaliador.
6. Coordenação em Seminário da *I Conferência Internacional Marxismo Feminista*, USP.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia: em 2024, foram dez, constam no lattes, não serão relacionadas aqui para poupar espaço.

Orientações Concluídas

1. Kena Azevedo Chaves. *O VALOR É PARIWAT território, reprodução social e expropriação na perspectiva das mulheres Munduruku*. 2024. Tese, Geografia, IGCE-UNESP.
2. Renan Yamasaki Veiga de Barros. *Arranjos federativos na contemporaneidade: o Consórcio Nordeste e o ordenamento territorial interestadual*. 2024. Dissertação, Geografia, IGCE-UNESP.
3. Julia Lima dos Santos. *Trabalho expropriado: pandemia e trabalho doméstico no Brasil*. 2023-2024. Iniciação Científica, Geografia, IGCE-UNESP. Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
4. João Vítor Dante Scomparim. *A multinacional JBS: estudo sobre a trajetória do grupo no Cone Sul neste século (2003-2022)*. 2024. Iniciação Científica, Geografia, IGCE-UNESP. Instituição financiadora: Unesp-Reitoria.

5. Henrique Calderan Gomes de Oliveira. *A preservação da Amazônia e seus impactos na diplomacia brasileira (2019-2022)*. 2024. Iniciação Científica Sem Bolsa, Geografia, IGCE-UNESP.

Orientações em andamento (desde 2024 ou iniciadas antes):

1. Guilherme Augusto Cabreira. *Relações de dependência no século XXI e o Brasil*.

Doutorado, IGCE-UNESP. Instituição financiadora: CAPES.

2. Oliver Cauã Cauê França Scarcelli. *Origens da segregação espacial de raça, classe e gênero em São Paulo* (ou como era originalmente: *Urbanização e transporte público em São Paulo na República Velha*). Doutorado, IGCE-UNESP. Instituição financiadora: CAPES.

3. Joaquim de Oliveira Neto. *Dependência e indústria automobilística no Brasil (Iracemápolis)*. Mestrado, IGCE-UNESP. Instituição financiadora: Sem Bolsa.

4. Marina de Oliveira Gomez. *O movimento feminista argentino e a conquista do direito ao aborto legal sob a ótica da teoria da reprodução social*. Mestrado, IGCE-UNESP. Instituição financiadora: CAPES.

5. Júlia Lima dos Santos. *Plataformas digitais e trabalho doméstico remunerado no Brasil: um estudo de caso da plataforma “Mary Help” (2022-2024)*. 2024. Iniciação Científica, Geografia, IGCE-UNESP. Instituição Financiadora: CNPQ-UNESP.

6. Nathalia Ribeiro de Assis. *Pobreza energética, transição energética e considerações sobre o uso de biogás e biometano no estado de São Paulo*. Iniciação Científica, Geografia, IGCE-UNESP. Instituição Financiadora: Reitoria-UNESP.

2025

Artigos completos publicados em periódicos:

1. BRAGA, S.; MATOS SOUZA, A. As relações Brasil-China sob a ótica da teoria da dependência. *Caderno CRH* (Online). v. 38 (2025), p. 01 - 20, 2025.

2. LIMA DOS SANTOS, Júlia; MATOS SOUZA, Angelita. Estudo de caso “Mary Help”: uberização do trabalho doméstico remunerado no Brasil. *RIDPHE_R REVISTA IBEROAMERICANA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO*. v.11, 2025.

Capítulo de livro:

3. SOUZA, A. M.; MARTUSCELLI, D. Crise política e movimento pendular da burguesia interna industrial nos governos de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner. In: Boito Jr, A., Martuscelli, D., & Guilmo, N. (2025). *Instabilidade e crise na política brasileira*. Lutas Anticapital, p. 87-118.

Outras produções bibliográficas:

4. SOUZA, A. M. Estado y democracia en la obra de Décio Saes. artigo. Buenos Aires. *Boletín CLACSO*, 2025. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2025/07/V2_El-ejercicio-del-pensar_N62.pdf

5. BRAGA, S.; SOUZA, A. M. Estado, Capacidades Estatales y Coaliciones Políticas: Los Casos de Brasil, Argentina y China en Perspectiva Comparada. *Revista REDCAEM* (WPS), n. 47, Septiembre, 2025. Disponível em: <https://chinayamericalatina.com/wp-content/uploads/2025/10/WP47-Septiembre-2025-REDCAEM.pdf>

Trabalhos publicados em Anais de eventos:

6. SOUZA, A. M. Estado e dependência: o caso argentino, da última ditadura até a Era Kirchner. *Anais do 49 Encontro Anual da ANPOCS* (GT 52, presencial), 2025. Disponível em: <https://www.encontro2025.anpocs.org.br/atividade/hub/gtsp>

Artigos em jornal de notícias/redes sociais:

1. SOUZA, A M. Argentina, tentando entender. *Jornal GGN*. Observatório de Geopolítica, 29/10/25. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/argentina-tentando-entender-por-angelita-matos-souza/>
2. SOUZA, A. M. Bolívia, Evo Morales e a virtú. *Jornal GGN*. Observatório de Geopolítica, 27/08/25 Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/bolivia-evo-morales-e-a-virtu-por-angelita-matos-souza/>
3. SOUZA, A M. Lula, Kirchner e Mujica. *Jornal GGN*. Observatório de Geopolítica, 11/02/25. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/america-latina/lula-kirchner-e-mujica-por-angelita-matos-souza/>
4. BRAGA, S.; SOUZA, A. M. Brasil-China: dependência, soberania e os desafios de um desenvolvimento inclusivo. *Contexto Brasil*, 2025. Disponível em: <https://contextobrasil.com.br/brasil-china-dependencia-soberania-e-os-desafios-de-um-desenvolvimento-inclusivo/>

Orientações Concluídas

Dissertações de Mestrado (orientador principal):

1. Joaquim de Oliveira Neto. *Dependência e indústria automobilística no Brasil (Iracemápolis)*. 2025. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (sem bolsa).
2. Marina de Oliveira Gomez. *Movimento feminista em Buenos Aires*. 2025. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Instituição financiadora: CAPES.

Pesquisas de Iniciação científica com financiamento (orientador principal):

1. Júlia Lima dos Santos. *Plataformas digitais e trabalho doméstico remunerado no Brasil: um estudo de caso da plataforma “Mary Help” (2022-2024)*. 2025. Geografia. IGCE-UNESP. Instituição financiadora: CNPq.
2. Nathalia Ribeiro de Assis. *Pobreza energética e transição energética. considerações sobre o uso de biogás e biometano em São Paulo*. 2025. Engenharia Ambiental. IGCE-UNESP. Instituição financiadora: RT-Reitoria-UNESP.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCC):

1. Ana Lara Stefane Fonseca. *Paragominas, um caso exitoso no combate ao desmatamento*. 2025. Geografia. IGCE-UNESP.
2. João Vitor Dante Scomparim. *A MULTINACIONAL JBS: estudo sobre a trajetória do grupo e expansão geoeconômica mundial neste século (2005-2024)*. 2025. Geografia. IGCE-UNESP.

Orientações Em Andamento:

Dissertações de mestrado (orientador principal):

1. Júlia Lima dos Santos. *Plataformas digitais e trabalho doméstico remunerado: um estudo de caso da plataforma Mary Help no estado de São Paulo (2022-2024)*. Geografia, IGCE-UNESP.

Tese de doutorado (orientador principal):

1. Joaquim de Oliveira Neto *A Transição Energética nas relações Brasil x China: uma análise dos investimentos chineses na indústria automobilística brasileira, no contexto da transição energética, sob a ótica da dependência*. Geografia, IGCE-UNESP.
2. Guilherme Augusto Cabreira. *Relações de dependência no século XXI e o Brasil*. Geografia, IGCE-UNESP.
3. Oliver Cauã Cauê França Scarcelli. *Origens da segregação espacial em São Paulo, por raça e classe (1847 a 1934)*. Geografia, IGCE-UNESP.

Iniciação Científica:

1. Vinícius Amaro de Oliveira. Do BRIC ao BRICS PLUS: Complementariedade ou ameaça à ordem global. Geografia, IGCE-UNESP. Instituição Financiadora: CNPq-UNESP.

Artigos Submetidos em 2025 (aguardando respostas)

1. BRAGA, S.; SOUZA, A. M. Brazil–China Relations from the perspective of Dependency Theory: Political Dimensions and Development Paths. *International Critical Thought*.
2. MARTUSCELLI, D.; SOUZA, A. M. A crise política nos governos de Dilma Rousseff e de Cristina Kirchner. *Latin American Perspectives*.

Artigos que ainda serão submetidos⁴

1. SOUZA, A. M. Argentina: antecedentes do *mileísmo*.
2. SOUZA, A. M. O Estado dependente.

Participação em eventos científicos

1. SOUZA, A. M. Avaliadora externa, disciplina “Seminários” da Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP, 2025.
2. SOUZA, A. M. Coordenação/avaliação dos trabalhos do GT 38 - ENANPEGE, 2025.
3. MATOS SOUZA, A.; BOITO JUNIOR, A.; *et al.* Crise política nos governos Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, 2025. Comunicação no Evento de Lançamento do Livro *Instabilidade e crise na política brasileira*. Local: Tapera Taperá, São Paulo-SP.
4. SOUZA, A. M.; MARTUSCELLI, D. Crisis políticas en los gobiernos de Dilma Rousseff y de Cristina Kirchner, 2025. Comunicação no Evento (Online): *III Congreso Nacional de Historia Local y Regional*. Instituição promotora: UNRC/CONICET, Argentina.
5. BRAGA, S.; SOUZA, A. M. Estado, Capacidades Estatais e Coalizões Políticas: Comparando trajetórias de Brasil, Argentina e China no Século XXI, 2025. Comunicação no Evento (Online): *IV Workshop del Grupo de Investigación Estado, Instituciones y Desarrollo*. Instituição promotora: GIEID-ALACIP.⁵
6. SOUZA, A. M. Estado e dependência: o caso argentino, da última ditadura até a Era Kirchner, 2025. Trabalho apresentado no Evento: *49 Encontro Anual da ANPOCS*; que ocorreu no IFCH-Unicamp. Disponibilizado para os Anais do Evento.
7. SOUZA, A. M. Estado e dependência: o caso argentino neste século, 2025. Trabalho apresentado no Evento: *22º Congresso Brasileiro de Sociologia*; que ocorreu na USP, São Paulo. Não disponibilizado para os Anais (melhorado, apresentado e publicado no Encontro da ANPOCS)

Participações em Bancas (2024 e 2025):

Doutorado: Reinaldo Campos. A relação Brasil e China na era do neoliberalismo: o caso da soja. Universidade Federal do ABC, 2024.

Doutorado: Guerby Sainte. Circuito espacial produtivo do vestuário e vulnerabilidade do território no Haiti: o caso do parque industrial de caracol (PIC). Geografia: IGE-UNICAMP, 2024. (qualificação)

⁴ Os dois artigos que ainda serão submetidos estão “engavetados”, para descanso, depois de revisados, passarão por submissão a periódicos.

⁵ Os coordenadores do evento se comprometeram a organizar um livro reunindo as comunicações, obra a ser financiada pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).

Mestrado: Luciane Carreiro Jorge Santos. Políticas para as mulheres e educação: entre as armas do enfrentamento à violência contra a mulher e as lutas por emancipação. Educação. IB-Unesp, campus de Rio Claro, 2024.

Doutorado: Pedro Donizete da Costa Junior. "EUA x China: a luta pelo poder global", na área Ciência Política, FFLCH-USP, 2025.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia: em 2025, foram sete, constam no lattes e para poupar espaço não serão indicadas aqui.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acima foram relacionadas as realizações do período (nem tudo foi incluído, pois constam no Lattes e não parecem de grande importância). A seguir, serão resumidas algumas análises/ideias/hipóteses formuladas a partir da pesquisa (essencialmente) bibliográfica realizada.

Com relação ao referencial teórico, a pesquisa recorreu sobretudo a três enfoques: a teoria da dependência; a teoria crítica do Estado; a teoria ampliada do capitalismo. No primeiro caso, mais próximos da corrente em torno da obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004), devido à valorização da vida política nacional.⁶ No que concerne à teoria crítica do Estado, fundamentalmente, foram retomadas obras de Nicos Poulantzas (2021; 2019; 1975; 1974) e de Décio Saes (2024; 2022; 2014; 2007; 1998; 1985), na análise teórica sobre o Estado. O que há de novidade é a agregação da teoria ampliada do capitalismo proposta por Nancy Fraser (FRASER; JAEGLI, 2020) ao referencial teórico geralmente utilizado pela docente – a teoria da dependência e a teoria crítica do Estado.

Em trabalhos anteriores, costuma aparecer a formulação de Evers (1985), segunda a qual o Estado nos países dependentes e periféricos, em vez de defender principalmente os interesses de seus capitalistas no mercado nacional e mundial, garante interesses estrangeiros no espaço econômico periférico (SOUZA, 2001; 2009; 2021). Sempre foi uma preocupação tentar explicar o porquê disso, os modos/meios pelos quais ocorreria essa “função invertida” (EVERS, 1985) e sempre se salientou a heterogeneidade das formas assumidas no *cumprimento dessa função*, principalmente porque os Estados dependentes que correspondem a economias capitalistas mais desenvolvidas têm margem de manobra maior (autonomia relativa estatal) para decidir sobre suas políticas, como

⁶ Seguindo a linha das análises de Cardoso e Faletto ([1969] 2004); Cardoso (1975; 1970); Evans (1980); Martins (1976; 1979); O'Donnell (1978); Saes (1985b; 2007); Stallings (2020). Uma versão sintética de como operamos com o enfoque *dependentista* pode ser encontrada em Souza (2021).

seria o caso, na América Latina, do Brasil, ou em países nos quais a forte mobilização popular conferiu autonomia aos Estados. Quer dizer, o papel do Estado como garantidor de interesses estrangeiros no seu território é passível de flexibilização, para desvendar esse movimento, a análise societal do Estado é avaliada como mais produtiva, por isso, são priorizadas as relações de classes no interior do bloco no poder e entre classes antagônicas.

O argumento principal é o de que não há como analisar as relações de dependência sem centrar na análise no Estado, em vista da sua importância para a organização das coalizões e conflitos de interesses entre capitalistas nacionais e estrangeiros; e para a manutenção da ordem social (gestão/repressão dos conflitos sociais). Por certo, há de se analisar a dependência financeira estatal, a ausência de moeda internacionalmente relevante (convertível), além de outras formas de dependência, como a tecnológica (igualmente financeira), fragilidades no campo da defesa e as inúmeras formas de ingerência externa na vida política do país dependente pelas potências capitalistas. Nos textos da docente sempre se tratou de defender que governantes à frente de Estados dependentes, desde a etapa de concepção das políticas estatais, devem considerar a reação de agentes econômicos estrangeiros, cujos interesses são defendidos por sócios locais poderosos. Seguramente, os Estados dos países centrais também consideram interesses estrangeiros na elaboração de suas políticas, no entanto, de maneira geral, o Estado atua, primeiramente, para defender os interesses de seus próprios capitalistas, nacional e internacionalmente.⁷

O Estado dependente se apresenta como soberano e atua no reforço da situação de dependência, na melhor das hipóteses, ao buscar atrair capitais externos com o objetivo de gerar empregos, renda, crescimento e desenvolvimento. A conquista de posições menos subordinadas na economia mundial não está absolutamente interdita; ela ocorreu em alguns países periféricos na fase da nova dependência, de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, período durante o qual foi possível combinar dependência com desenvolvimento industrial associado. Entretanto, desde os anos 1980 e, em especial, neste século, por uma série de razões, para os países da América Latina, essa combinação

⁷ A título de ilustração, o Estado na França ou na Alemanha deve ter em alta conta os interesses financeiros internacionalizados sob a égide do capital financeiro dos EUA, já que estão articulados globalmente, a despeito da competição no mercado mundial. Agora, procuram defender os seus capitalistas – o seu capital financeiro –; dificilmente, a tendência dominante seria a dos agentes estatais atuarem em prol da venda de uma grande instituição financeira para grupos estrangeiros; o mais provável é que a maioria aja para impedir a desnacionalização de qualquer grupo econômico nacional relevante, seja no setor público, seja no privado.

ficou mais difícil. No Brasil e na Argentina (os países estudados), houve regressão da estrutura produtiva (desindustrialização precoce).

Cumprе ressaltar que a mudança nas relações de dependência não levou a docente a aderir ao pressuposto de que o movimento está predeterminado pelos constrangimentos externos. Estes ficaram ainda mais pronunciados, porém os arranjos políticos na formação social dependente podem propiciar margem de manobra para políticas estatais distributivas e/ou desenvolvimentistas, a depender da conjuntura nacional e internacional. Inclusive, a conquista de demandas pelos trabalhadores costuma ser favorecida por governos progressistas à frente do Estado, experiências que podem resultar em políticas reformistas/redistributivas, embora não se deva subestimar o poder político dos grandes bancos e empresas industriais, fusionados ou apenas articulados, mais ou menos associados a capitais estrangeiros, na delimitação do quanto se consegue avançar. E vale sublinhar: pesa a capacidade de organização e pressão política das classes dominadas pelo atendimento dos seus interesses.

Quer dizer, quando, analiticamente, é conferido ênfase à vida política nacional (fatores internos), tem sentido seguir operando com a ideia de autonomia relativa estatal (Poulantzas, 2019) e contornar a visão do Estado dependente como mero instrumento em mãos dos representantes do grande capital estrangeiro (financeirizado). Embora para alguns casos caiba esse tipo de qualificação *instrumental*, em geral o grande capital (nacional ou multinacional) não constitui um conjunto homogêneo desprovido de conflitos e esses precisam ser mediados/organizados pelo Estado. Especialmente para a análise de conjunturas internacionais favoráveis ao exercício da conciliação de interesses diversos, a ideia de autonomia relativa estatal é muito profícua. Nessas, o Estado pode inclusive contemplar de forma mais generosa demandas das classes trabalhadoras, como ocorreu no contexto do *boom* das commodities no início deste século, no Brasil e na Argentina; ou como podem (potencialmente) ser benéficas as conjunturas de transição hegemônica em âmbito mundial.

Feitas essas considerações gerais, resta explicar como a proposta de Fraser (FRASER; JAEGLI, 2020), de concepção ampliada do capitalismo, foi introduzida com o objetivo de se tentar avançar na atualização da teoria da dependência. A autora rechaça o esquema base-superestrutura, no qual a base prevaleceria, propondo uma análise do capitalismo como totalidade social articulada por uma pluralidade de esferas. A incorporação do “esquema” da autora deu-se por meio da proposição de uma análise em três níveis: o conceitual (abstrato-formal), que diz respeito ao conceito de modo de

produção capitalista; o histórico-estrutural, relacionado ao desenvolvimento global desse modo de produção — desigual e hierárquico; e o nível *contingente*, condicionado pelas determinações do nível histórico-estrutural. As esferas identificadas por Fraser pertencem ao nível do acontecer do capitalismo nas formações sociais concretas, marcado pela variabilidade, ainda que condicionado pelas determinações do plano histórico-estrutural.

Ou seja, o que existem são as formações sociais, espaços e tempos históricos da existência concreta do modo de produção capitalista, conceitualmente captável (SAES, 1985).⁸ As formações sociais capitalistas são aquelas nas quais o modo de produção capitalista é o predominante. Não há espaço para seguir discorrendo sobre os três níveis na análise das formações sociais dependentes, adaptando a proposta de Fraser (FRASER, JAEGGI, 2020). Nessa síntese, interessa apenas ressaltar que a pluralidade de esferas assinaladas pela autora operam no nível do acontecer do capitalismo nas formações sociais, no caso dos países dependentes assumindo traços específicos, tais como: exploração vira superexploração; o Estado é dependente; a esfera da reprodução social é acentuadamente marcada pelas questões de raça/etnias, além de gênero; a expropriação é tanto *urbana*, de direitos, como de territórios, com consequências nefastas para o meio ambiente.

Nos próximos parágrafos, a abordagem do caso argentino é resumida (e muito).

Quando se estuda a história da Argentina desde a última ditadura militar (1976-1983), o papel do país na *cadeia imperialista* (para usar uma expressão antiga) parece ser o de se endividar, quebrar, adotar políticas duras de ajuste fiscal; voltar a se endividar, quebrar, ajustar e assim sucessivamente. Claro, antes da quebra, há sempre a fuga de capitais, daí o sugestivo título da obra organizada por Basualdo (2017): *Endeudar y fugar*. É como se a perversidade da lógica do modelo agroexportador voltasse sempre ao centro da cena, à diferença que, durante aquele modelo, a economia argentina esteve entre as maiores do mundo, sendo a indústria uma atividade relevante em termos regionais (ZÍCARI, 2020).

Com a mudança do modelo econômico, de voltado para fora (agroexportador) para mais centrado no mercado interno, as crises econômicas diminuíram, porém não as crises

⁸ Estamos “presos” à macropolítica, mas é claro que o Estado é um aparelho que se organiza vertical e horizontalmente no território, engendrando arranjos políticos que articulam as várias partes do todo (SOUZA, 2022) e que reproduzem o desenvolvimento hierárquico e desigual em nível nacional, com características novas, *pero no mucho*, neste início de século (BELLUZZO, 2019).

políticas, que nem sempre convergem com as econômicas. Zícari (2020) analisou dezesseis crises econômicas no período de 1860 a 2020: foram seis no modelo agroexportador; quatro sob o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI); e seis desde o início da última ditadura militar (1976) até 2020. Teria havido em média uma crise econômica a cada década, e o autor não está se referindo à simples falta de crescimento, mas sim a *hecatombes*, mais intensas nos últimos quarenta e cinco anos. O estudo enfoca as crises econômicas; no campo político, vale registrar uma diferença em relação ao Brasil, apontada por Perissinotto (2023): as instabilidades/crises políticas tiveram impactos muito negativos sobre a capacidade do Estado argentino de conduzir o processo de industrialização de maneira mais contínua, como ocorreu no Brasil depois de 1930. Por várias razões, o consenso desenvolvimentista contou com maior adesão e estabilidade no Brasil, avançando bastante de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970.

Na última ditadura argentina (1976-1983), diferentemente do que ocorria no Brasil, já se buscou praticar as reformas pró-mercado recomendadas pelo campo ideológico neoliberal. Em seus estudos sobre Martínez de Hoz, o poderoso ministro da Economia no governo do general Jorge Videla (1976-1981), Zícari (2025, 2023) discorre sobre como, posteriormente, o ministro lamentaria o gradualismo na implementação das reformas devido a resistências políticas enfrentadas. A rapidez e radicalidade desejadas pelo ministro e pelo presidente do Banco Central, o *Chicago-boy* Adolfo Diz, teria esbarrado na resistência de representantes de grupos econômicos importantes e membros dos círculos estatais-militares, além da reação dos trabalhadores.

Agentes estatais, em especial segmentos dos militares, eram contrários às reformas por estarem envolvidos em atividades industriais ou por representarem interesses de grupos produtivos privados, além de temerem um acirramento dos conflitos sociais em decorrência do aumento do desemprego. O peronismo era forte no mundo sindical, porém não era visto pelos militares como terrorismo, contra o qual a força coercitiva estatal já havia sido usada brutalmente antes do golpe de 1976, especialmente após a morte de Juan Domingo Perón, em julho de 1974, com a repressão acentuada durante a ditadura (1976-1983). De todo modo, na explicação de Martínez de Hoz, havia ainda um risco alto de o “terrorismo” penetrar nos sindicatos e isso causava preocupação, na hipótese de a indústria decair muito rapidamente e o desemprego aumentar (ZÍCARI, 2023; PALERMO; NOVARO, 1996).

À luz das leituras realizadas, se concluiu que houve ruptura com o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), sendo praticado o neoliberalismo possível naquele contexto inicial de transição para um novo modelo, com a adoção gradual de mudanças econômicas, mas que produziram grandes transformações, como a queda dos salários dos trabalhadores e a maior concentração de riqueza. A ruptura com a fase de substituição de importações ocorreu principalmente após a Reforma Financeira de 1977, que introduziu alterações na lógica de acumulação, orientada a partir daí para a valorização financeira. No setor produtivo, o movimento foi de marcada monopolização, estrangeirização e fortalecimento do segmento ligado às exportações de bens primários. Ademais, os níveis altos de endividamento externo, mais adiante, se traduziram em estatização da dívida contraída pelo setor privado e em fuga dos capitais antes atraídos pelas taxas de juros altas. (BASUALDO; BONA, 2017; BRENTA, 2019; OSTIGUY, 1990; ROUGIER; SCHORR, 2012; ZÍCARI, 2023, 2025).

Ao final de 1978 entrou em vigor a “tablita”, com o objetivo de controlar a inflação com valorização da moeda local e redução de tarifas de importações, o que prejudicaria ainda mais a atividade industrial (a produção, não a acumulação especulativa por parte de grandes industriais) e a balança comercial, sem conter a escalada da inflação. A partir de meados de 1979, as críticas ao governo, em especial à política econômica, aumentaram e vinham de todos os setores: entidades empresariais, partidos políticos, sindicatos, novos movimentos sociais e setores da Igreja Católica. Os trabalhadores passaram a desafiar o regime com a retomada das greves, ao mesmo tempo em que as denúncias de violação dos direitos humanos pela ditadura argentina ganharam repercussão internacional com relatos chocantes.

Em 1980, o Prêmio Nobel da Paz foi concedido ao ativista Adolfo Pérez Esquivel, grande opositor da ditadura; em 1981, no quarto aniversário do movimento *Madres de la Plaza de Mayo*, uma multidão foi à praça apoiar a iniciativa. As manifestações contra o regime espalhavam-se pelo país, quando a guerra das Malvinas trouxe algum alívio com o aflorar do sentimento nacionalista. Entretanto, após a derrota na guerra (de abril a junho de 1982), os protestos explodiram (ÁGUILA, 2023). Para piorar, também a conjuntura internacional se deteriorou, com a quebra do México em 1982, que decretou a moratória da dívida externa em agosto, desencadeando uma crise financeira que afetaria vários países da América Latina. Começava, efetivamente, a década perdida dos anos 1980.

Conforme Basualdo e Bona (2017), a implantação de um regime de acumulação baseado na valorização financeira não respondia ao esgotamento econômico do modelo

de industrialização por substituição de importações, foi uma ruptura política, justamente quando esse modelo estava em seu auge. Provavelmente, esta seria a razão principal do porquê de a ditadura militar não ter conseguido exterminar o grande capital industrial nacional, cuja atividade saiu do período ditatorial diminuída, mas não extinta (OSTIGUY, 1990; ROUGIER; SCHORR, 2012).

De fato, alguns dos grandes grupos produtivos locais obtiveram maior poder econômico e político durante a ditadura, por meio da diversificação (rumo a atividades ligadas às exportações de produtos primários), parcerias ou associações com capitais estrangeiros, além das possibilidades de ganhos com o modelo de valorização financeira em ascensão (ZÍCARI, 2025; 2020; 2020b). O endividamento do setor privado, facilitado pelo contexto externo e pela política econômica interna, menos que voltado aos investimentos produtivos, foi direcionado às atividades especulativas.

Ao final da ditadura, além do vexame da derrota na Guerra das Malvinas, os resultados econômicos eram calamitosos, conforme Zícarí (2020, 2020b), após sete anos: a dívida externa era impagável; a inflação havia passado de 164% em 1982 para 344% em 1983; os dólares haviam *fugido* e as reservas do BCRA estavam muito baixas; a participação da atividade industrial no PIB tinha diminuído; os salários estavam vergonhosamente desvalorizados e a pobreza, que era de 2,6% em 1974, em 1982 passou a 25,3%. No *front* externo, houve o choque dos juros em 1979 nos EUA, com a consequente valorização do dólar determinando a quebra geral dos países periféricos endividados nos anos 1980.

O governo de Raúl Alfonsín (1983-1989) foi bastante complicado, culminando na decretação da moratória da dívida externa em 1988, uma decisão impossível sem o apoio de representantes do grande capital argentino. Nesse ano, também chama a atenção a transferência da dívida externa do setor privado para o setor público e cabe observar que, durante a ditadura e sob o governo Alfonsín, as políticas de ajuste e as privatizações de empresas estatais não avançaram como prescrito pelo FMI e Banco Mundial, sobretudo por causa das resistências de forças sociais locais. O que durou até a crise cambial de 1989 e a hiperinflação desencadeada, contexto que levaria o presidente Alfonsín a passar o poder para Carlos Menem cinco meses antes do término do seu mandato. A virada neoliberal *radical* se daria nos governos Menem. (BASUALDO; BONA, 2017; ZÍCARI, 2020B)

A questão do gradualismo foi mencionada porque Martínez de Hoz a culparia pelo fracasso da sua gestão como ministro da Economia (ZÍCARI, 2025). Na sua interpretação,

parece que não teria sido fácil *copiar* o Chile porque, diferentemente do vizinho, a Argentina contava com uma indústria robusta para os padrões sul-americanos. Ou seja, a tarefa de destruição era mais custosa. Neste século, Mauricio Macri usaria o mesmo argumento para explicar o insucesso do seu governo (2015-2019), a ponto de sequer tentar a reeleição: teria errado ao adotar o gradualismo na implementação das reformas pró-mercado (sobretudo na reversão do que havia sido realizado nos governos Kirchner). Daí a promessa de radicalidade advinda de Javier Milei, na esteira da autocrítica de Macri (BALSA, 2024) e de sua admiração declarada por Carlos Menem.

Apesar de objetivos governamentais distintos (no Brasil, existiu um plano de industrialização ambicioso, o II PND durante o governo Geisel), o resultado das políticas econômicas adotadas nas duas últimas ditaduras, na Argentina e no Brasil, foi a crise da dívida externa devido ao endividamento contraído nos anos 1970, ainda que o processo de industrialização tenha robustecido a estrutura econômica brasileira em níveis sem paralelos na região. Na América do Sul, o Brasil era o país em condições de reagir de maneira menos subalterna às *terapias de choque* recomendadas pelos credores internacionais (pois estava entre as maiores economias do mundo em termos de PIB), a sujeição foi uma escolha política interna, notadamente nos anos 1990 (SOUZA, 2021; BRAGA, SOUZA, 2025).

Na “opinião” da docente, se tivesse se inspirado no modelo brasileiro, a Argentina, teria fortalecido a sua estrutura industrial por meio da edificação de oligopólios estatais, assim, como seus trabalhadores sempre se destacaram pela capacidade de mobilização e pressão política, essas duas condições — *burguesia estatal* e movimentos sociais fortes — talvez tivessem permitido ao país resistir às recomendações dos credores em melhores condições do que o Brasil, que nos anos 1990 abdicou da resistência (SOUZA, 2021; BRAGA, SOUZA, 2025).

O fato é que o processo de endividamento externo nos anos 1970 abriu caminho para a radicalização das reformas pró-mercado na Argentina nos anos 1990, consolidando a fase da novíssima dependência. Embora a oferta no mercado financeiro internacional tenha estimulado a demanda por empréstimos da parte de países periféricos na segunda metade da década de 1970, no caso da Argentina (e do Brasil), foi a vida política doméstica que determinou em larga medida o volume do endividamento externo. Zícarí (2025) afirma que Martínez de Hoz se vangloriava de suas boas relações com banqueiros estrangeiros, da confiança que teriam nele, para o acesso a financiamentos no exterior. Pode ser verdade, mas o contexto era de liquidez (petrodólares) e os grandes bancos

buscavam aplicar os recursos disponíveis. Em outras palavras, havia oferta e, para que se criasse demanda, os países periféricos.

Logo ficaria claro que o capitalismo administrado pelo Estado do pós-guerra transitava para o neoliberalismo. Independentemente da forma de Estado ou do regime político, sempre um processo conflitivo, embora uma ditadura possa facilitar/acelerar a transição. Saes (2024 [2001]), após sintetizar os eixos centrais de uma política neoliberal (desmonte de políticas industrializantes, de proteção social e de pleno emprego), argumenta ser difícil levar a cabo, de modo não gradual, políticas governamentais fiéis a doutrinas neoliberais. Isso porque a atuação estatal não se dá em um “espaço social vazio, destituído de qualquer historicidade, mas em sociedades capitalistas históricas, nas quais a política estatal repercute, há décadas, a influência de outros princípios econômicos” (SAES, 2024, p. 278).

Quer dizer, a adoção das contrarreformas neoliberais tende a ser *gradualista*, apesar dos meios similares: a) privatizações de empresas públicas, produtoras de mercadorias ou ofertadores de serviços, desestatização e terceirização de atividades estatais; b) políticas de desregulamentação, o que equivale à diminuição do papel fiscalizador do Estado na economia em geral e das relações capital-trabalho em particular; c) políticas de abertura da economia, de juros atrativos, visando atrair capitais estrangeiros. Este seria o percurso básico, porém os ritmos dependem da conjuntura sociopolítica e econômica de cada país, além do contexto externo, sendo fundamental destacar que os representantes de diferentes setores capitalistas e da classe trabalhadora costumam reagir às medidas que consideram prejudiciais aos seus interesses, daí o caráter conflitivo e não harmonioso dessas transformações.

Como salienta Saes (2024, p. 278-279), a maior dificuldade, mesmo em um contexto no qual as ideias econômicas liberais conquistaram apoio amplo, reside nas resistências dos que se julgam prejudicados, especialmente frações dos capitalistas, mas também segmentos das camadas médias e do proletariado. Diante dessas resistências, o resultado seria o “neoliberalismo possível” nas condições socioeconômicas e políticas vigentes. Na visão do autor, seriam poucos os governos capazes de implementar *de uma vez* as principais diretrizes neoliberais: abertura econômica, privatizações de empresas e serviços públicos e desregulamentações.

Quer dizer, a terapia é de choque (WEBER, 2021), pois a mudança é significativa, mas o seu compasso dificilmente é acelerado, sobretudo em países de desenvolvimento capitalista mais elevado. No contexto sul-americano, no Brasil e na Argentina. No vizinho

foi a crise socioeconômica e política durante o governo de Raúl Alfonsín (12/1983 a 07/1989) que permitiu acelerar o ritmo. O processo inflacionário e problemas sociais correlatos (com saques a estabelecimentos comerciais) favoreceram a vitória de Carlos Menem na eleição de 1989. No governo dele (1989-1999), com o denominado Plano Cavallo (em referência ao seu ministro da Economia), o *gradualismo* foi abandonado ao máximo possível, de maneira especial a partir de 1991, com a política de paridade com o dólar, a maior abertura econômica e mais privatizações. Nos primeiros anos, medidas exitosas no combate à inflação galopante, mas que depois trouxeram efeitos muito negativos para a economia, principalmente para o setor industrial e à geração e manutenção de empregos.

A lei de convertibilidade, que estabeleceu o regime de câmbio fixo, o “uno a uno” (um peso igual a um dólar), foi o instrumento decisivo para a derrubada dos preços. Ao Banco Central coube o papel de respaldar por meio das reservas tal paridade; a compra de dólares foi liberalizada, bem como contas bancárias e créditos nessa moeda. O fenômeno da preferência pelo dólar como comportamento social, iniciado durante a ditadura, tornou-se padrão e uma armadilha para os governos seguintes. (BASUALDO; BONA, 2017; ZÍCARO, 2020, 2020b)

A Era Menem (1989-1999) terminou mal, os efeitos negativos das mudanças introduzidas, especialmente os decorrentes da convertibilidade, promoveram mais regressão da economia argentina, de industrializada para voltada às exportações de commodities e bastante financeirizada. Ademais, uma série de choques externos adversos contribuiu para o desfecho que seria a crise aguda/explosão de 2001: crise no México, na Ásia, na Rússia, no Brasil e depois na Turquia em 2001. A desvalorização do Real em 1999 teve implicações severas, pois o Brasil era um parceiro comercial importante da Argentina, que deveria ter abandonado a paridade na sequência da desvalorização da moeda brasileira. No entanto, isso só ocorreria neste século, prolongando e intensificando a deterioração da situação econômica, com mais déficits fiscais, endividamento, desindustrialização e desemprego. A expectativa era de explosão desde a crise asiática e ocorreu em 2001.

Fernando De La Rúa seria o sucessor de Carlos Menem; seu governo (da *Alianza*) duraria de dezembro de 1999 a dezembro de 2001. Foi o presidente que instituiu o conhecido *Corralito*, que retinha depósitos bancários, medida que desencadeou grandes manifestações e saques, encerrando o seu governo. Após dois interinos e o mandato de Adolfo Rodríguez Saá em dezembro de 2001, o peronista Eduardo Duhalde assumiu em

2 de janeiro de 2002. Em seu governo foi decretado o fim da convertibilidade (do “uno a uno”) e a liberação do *corralito* (com os depósitos em dólares pesificados) e teve início o processo de renegociação da dívida externa (LAVAGNA, 2013). Nas eleições de abril de 2003, Duhalde apoiaria a candidatura do também peronista Néstor Kirchner, que assumiu o poder em maio de 2003, finalizando o mandato iniciado por Fernando De La Rúa e, na sequência, iniciando o seu.

Eleito com apenas 22% dos votos, pois não houve segundo turno (Menem desistiu de concorrer), uma vez na presidência, Kirchner logo alteraria o panorama. Conforme Tenenbaum (2010, p. 10-11, tradução nossa): “Em um ano e meio depois, em outubro de 2005, aquele mini-Kirchner havia se transformado em um super-Kirchner. Sua imagem positiva alcançava níveis muito altos. Seu domínio do Parlamento era absoluto.” Após as eleições de outubro de 2007, com a sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner, eleita presidente, os Kirchner pareciam imbatíveis. Provavelmente, a razão pela qual agiram de forma tão impositiva na tentativa de aplicar a Resolução 125, em 2008, episódio que abalaria a conjuntura política interna, em um ano que ainda seria marcado pela eclosão da crise financeira internacional.

Era Kirchner

Uma questão que ganhou espaço na pesquisa é a do (neo)desenvolvimentismo, se seria possível assim definir a Era K. Inicialmente, é importante oferecer uma definição de desenvolvimentismo. A adotada nos trabalhos da docente é a de Fonseca (2015), para quem o coração do conceito de desenvolvimentismo está no intervencionismo estatal guiado por uma *estratégia* cujo objetivo deliberado é incrementar a produção e a produtividade sob a liderança do setor industrial. A primazia da atividade industrial é o elemento-chave da definição de desenvolvimentismo, presente em todos os autores e experiências históricas mencionados por Fonseca (2015). Os formuladores e executores são os agentes estatais, não sendo possível equiparar desenvolvimento a mero crescimento econômico, muito menos encarar o setor primário como prioritário. Embora faça parte da *estratégia*, esta tem por meta a evolução do setor industrial. Isto é, se o eixo dinâmico da economia for a atividade exportadora de produtos primários, por mais que envolva o setor industrial e promova crescimento econômico, não é possível falar em desenvolvimentismo.

Recentemente, Belluzzo (2025, n. p.) também discorreu sobre uma concepção algo equivocada das relações entre os três setores: agricultura, indústria e serviços. O seu argumento é o de que a indústria não seria apenas mais um setor, ao lado da agricultura e

dos serviços, já que o incremento da produtividade geral da economia seria inimaginável “sem a dominância do sistema industrial no desenvolvimento transformador dos demais setores”. Ou seja, o avanço industrial é o provedor dos meios de produção necessários ao aumento da “produtividade social do trabalho”, sem os quais o setor primário seguiria totalmente subordinado “aos caprichos da natureza” e o setor de serviços não poderia ser revolucionado continuamente. “Aí estão a internet e suas redes de comunicação que permitem o comércio eletrônico e o ensino à distância”, escreveu o autor. Um fenômeno de “hiperindustrialização” que descartaria a hipótese de o setor de serviços ser concebido “como a vanguarda das economias de hoje”, ou de o setor primário liderar um processo de desenvolvimento, uma vez que dependem do avanço tecnológico industrial, associado aos investimentos científico-tecnológicos. (BELLUZZO, 2025, n. p.)

Neste sentido, é possível afirmar que, na Argentina (e no Brasil), em vez de hiperindustrialização, houve desindustrialização precoce. Isto é, o peso menor da atividade industrial no PIB dos países centrais (refletido na menor geração de empregos no setor) foi determinado pelos ganhos de produtividade advindos dos avanços tecnológicos, os quais também permitiram espalhar a produção globalmente, favorecendo a transformação de países asiáticos em fábricas do mundo, China à frente. Na Argentina, menos que aos ganhos de produtividade obtidos por meio de avanços tecnológicos (que não deixaram de ocorrer, com tecnologia sobretudo importada), a queda da participação da atividade industrial no PIB está relacionada às políticas econômicas adotadas desde a última ditadura militar e nos anos 1990, que inibiram investimentos em um contexto cada vez mais marcado pela perda de competitividade em relação aos produtos oriundos da Ásia, políticas que estimularam a substituição da produção local de manufaturados por importações e o desmonte parcial da indústria doméstica, além dos altos índices de estrangeirização da economia.

Dessa ótica, não podem ser definidas de desenvolvimentistas políticas econômicas cujos resultados foram o fortalecimento do setor exportador de commodities, acompanhadas ou não de grandes obras de infraestrutura, que visam sobretudo atender demandas desse setor (por exemplo, de energia). Tais políticas podem gerar bons resultados na balança comercial, empregos e renda, expansão do mercado interno, do setor de serviços, inclusive avanços na instalação do capital fixo. Contudo, tendo como parâmetro as definições acima (FONSECA, 2015; BELLUZZO, 2025; 2019), se o setor industrial — a revolução dos meios de produção ou ao menos a capacidade de copiá-la relativamente bem — não ocupar o centro do palco, o conjunto da política econômica, ou

o governo, não pode ser considerado desenvolvimentista. Ainda mais se os produtos industriais forem maiormente importados ou apenas montados nos países receptores de investimentos diretos estrangeiros.

López e Insua (2018), ao tratarem da “pesada herança da dependência”, fornecem argumentos para defender que o aprofundamento, desde os anos 1990, dos níveis de concentração do capital e da estrangeirização na economia era difícil de reverter na conjuntura pós-crise de 2001. Embora se possa afirmar que a crise conferiu alguma autonomia aos governos de Eduardo Duhalde e de Néstor Kirchner durante o processo de renegociação da dívida pública, o patamar de estrangeirização da economia chama a atenção. Entre o grande capital (o que mais importa), no final do século XX se aproximava dos 85%; no período de 2002 a 2015 se manteria na média de 80% e, em 2015, ano em que o kirchnerismo foi derrotado nas eleições, situava-se em torno de 76%. Ou seja, alterações pequenas (LÓPEZ; INSUA, 2018).

O texto de López e Insua (2018) é interessante porque expõe a primazia do setor exportador de commodities por meio da análise das relações entre concentração de capital, estrangeirização da economia, diferenciais de produtividade e lucros por ramos de atividade e dimensão do capital. Entre 2002-2015, o diferencial em termos de lucros entre os diversos setores produtivos da economia argentina permaneceu favorável ao setor agropecuário e de extrativismo mineral, com tendência crescente de ganhos, sendo os ramos que mais atraíram investimentos estrangeiros, inclusive porque as possibilidades de lucro estão relacionadas também à especulação em torno da propriedade da terra, sendo a estrangeirização um grande estímulo para a concentração de capital no setor exportador de bens primários e à força política dos seus representantes. Por isso, o conflito com o campo, que eclodiu em 2008, teve um efeito político tão devastador sobre o governo de Cristina Kirchner. Em resumo, não é tarefa fácil provar a tese do neodesenvolvimentismo para os governos Kirchner.⁹ Ainda que a hipótese de conformação de capacidades estatais por meio da construção de consensos sociais não possa ser descartada, e talvez se tenha apostado nessa capacidade durante o governo de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff (SOUZA, 2021; SOUZA; MARTUSCELLI, 2025; BRAGA; SOUZA, 2025b).

⁹ Tampouco para os governos liderados pelo PT, com o “*neo*” usado por alguns autores (BOITO JR., 2018; BOITO; BERRINGER, 2014) para indicar a mudança do eixo dinâmico, da indústria de transformação para os setores ligados às exportações de commodities, o que seria o “desenvolvimentismo possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal” (BOITO JR., 2018, p. 107).

Obviamente, nas formações sociais dependentes, é muito dificultosa a adoção de “ensaios desenvolvimentistas”, como entende Singer (2015) que foi tentado no primeiro governo Dilma. A não ser que a conjuntura seja de conflitos sociais intensos (luta de classes) e/ou haja apoio de grandes capitalistas (burguesia de Estado e/ou privada) com força política para sustentar estratégias mais ousadas. Os governos Kirchner e os liderados pelo PT foram governos progressistas dentro dos limites do modelo neoliberal, o qual impõe obstáculos elevados ao desenvolvimento industrial pela via associada. Houve políticas industriais, mas a dimensão progressista expressou-se sobretudo nos indicadores sociais, que melhoraram. Isso nos leva ao tema do social-desenvolvimentismo. Não há espaço aqui para analisá-lo, mas um social-desenvolvimentismo, rumo à social-democracia (IANONI, 2013), teria de ter uma natureza institucionalizada que parece não ter sido alcançada nos dois países durante os governos Kirchner e do PT.

De todo modo, após a tragédia que foi a crise de 2001, houve um novo ciclo de crescimento econômico; mais uma vez, “parecia que a economia argentina não se cansava de morrer para ressuscitar” (ZÍCARI, 2020, n. p., tradução nossa). Contudo, em março de 2008, o Ministério da Economia emitiu a Resolução 125, que estabelecia uma fórmula móvel para o cálculo da porcentagem de retenções sobre as exportações de alguns produtos agrícolas. Semán escreveu a respeito: “É difícil imaginar como uma resolução de *conteúdo tão técnico* tenha sido um divisor de águas na história” (2021, p. 229, tradução e grifo nossos). À maneira de Singer (2015), pode-se dizer que foi o famoso “cutucar onças com varas curtas”, desembocando em uma onda de protestos: fechamento de estradas, desabastecimento de alimentos nos centros urbanos, *cacerolazos*, alianças com transportadoras. Manifestações as quais a presidente Cristina Kirchner chamaria de “piquetes da abundância”, em contraposição aos “piquetes da miséria” de 2001. Do ponto de vista territorial, a Plaza de Mayo converteu-se em espaço preferencial das manifestações pró-governo, enquanto o campo agrário e seus aliados das camadas médias se concentraram na cidade de Rosário (VARESI, 2021; 2014).

O conflito serviu à conformação da coalizão política de oposição que alcançou o poder em 2015, com a eleição de Mauricio Macri. Ileana Ibáñez e Ximena Cabral (2008) ressaltam como a atuação dos meios de comunicação foi fundamental para desestabilizar o governo, ao criar uma visão positiva do “agro” em contraposição às medidas estatais. A partir da análise de Basualdo (2008), cabe salientar a transformação da economia argentina nas décadas anteriores (sobretudo nos anos Menem), marcada pela modernização tecnológica da produção agrária pampeana, cuja rentabilidade passou a ser

inclusive maior que a da pecuária e cada vez mais articulada ao circuito financeiro internacional. Conforme o autor (BASUALDO, 2008), a partir de meados dos anos 1970, iniciou-se uma estrondosa expansão da produção agrícola, com novas tecnologias, aumento da produtividade e das áreas destinadas à plantação. Houve também alteração na composição do setor, com a agricultura superando a pecuária e no que concerne à liderança da soja (embora a agricultura argentina tenha se mantido diversificada). Nos anos 1990, a privatização de empresas públicas propiciou oportunidades de negócios excelentes para grandes grupos argentinos (em boa parte, *terratenientes*), por meio da participação nos consórcios que passaram a controlar as empresas privatizadas. Nessa década, ocorreu outra mudança relevante: avançou a estrangeirização da economia, quando grupos locais venderam para grupos estrangeiros parte (ou a totalidade) de suas participações em empresas produtivas-industriais e nos consórcios prestadores de serviços públicos.

Voltando à Resolução 125, o setor industrial nacional, no começo, apoiou a medida via *Union Industrial Argentina* (UIA); porém, à medida que o conflito se acirrava, a entidade mudou de posição, inclusive por causa dos desabastecimentos promovidos pelas empresas do agronegócio, que afetaram setores da indústria pela falta de insumos oriundos do campo (SOUZA; MARTUSCELLI, 2025). Na interpretação de Martuscelli (2017), a *disputa* entre os interesses de duas frações do grande capital, a burguesia mais associada ao imperialismo (exportadora) e a grande burguesia interna (industriais), foi vencida pelos primeiros.

A medida acabou não sendo aprovada por causa do voto minerva do próprio vice-presidente da República e presidente do Senado, Julio Cobos. No entanto, era crucial para as finanças públicas, para a expansão das políticas de distribuição de renda e para o “ensaio desenvolvimentista” que visava impulsionar a atividade industrial-urbana por meio do gasto estatal articulado ao investimento privado. A Resolução foi difundida pelos meios de comunicação como mais transferência de renda do setor agroexportador (que *sustentava o país* trabalhando duro) para setores urbanos-industriais parasitários do Estado. Além disso, a forte reação das entidades representativas do grande capital ligado ao agronegócio, por meio da “Mesa de Enlace”, atraiu entidades de pequenos e médios produtores, uma vez que a Resolução 125 tinha caráter universalista, sendo tardia a tentativa do governo de poupar os pequenos e médios produtores. (BASUALDO, 2008; VARESI, 2014; ZÍCARI, 2020)

De maneira geral, à luz das leituras realizadas, parece possível argumentar que foi uma decisão malconduzida, sem negociações com os grandes representantes do setor exportador (burguesia associada) e sem diferenciação entre grandes, médio e pequeno capital, e teria faltado uma campanha massiva de esclarecimento à sociedade sobre a sua importância, em vez do discurso político do “nós” contra “eles” (acusado de populista).

De 2003 a 2007, o desempenho da economia contou com uma expansão média anual entre 8% e 9%, acompanhada de quedas expressivas nos níveis de pobreza, do desemprego, ganhos salariais reais, acúmulo de reservas, reativação da atividade industrial (em grande parte da capacidade ociosa), redução do peso da dívida pública e pagamento desta sem comprometer a *saúde fiscal* do Estado. A tendência da inflação era ascendente, mas razoável, sobretudo se comparada a momentos anteriores: em 2003: 3,7%; em 2004: 6,1%; em 2005: 12,3%; em 2007: 25,2% (ZÍCARI, 2020, n.p.). Por fim, 2008 seria um divisor de águas na vida política argentina e, no plano internacional, foi nesse ano que eclodiu a crise financeira internacional; ainda haveria pela frente o conflito com os *Fondos Buire*, assim chamados por atuarem em momentos de crise adquirindo títulos públicos baratos de credores ansiosos para se desfazerem dos riscos. Depois, buscaram receber valores exorbitantes por meio de ações judiciais e diversos expedientes de pressão contra o Estado devedor/dependente.

Foi o que aconteceu com a Argentina: os abutres adquiriram títulos públicos nos mercados secundários e se negaram a participar dos processos de reestruturação da dívida quando, no governo Néstor Kirchner, o país recuperou a capacidade de negociação, com a elevação dos preços internacionais das commodities. Durante as rodadas de negociações, a concordância alcançou 93% dos detentores de títulos da dívida pública argentina; somente os abutres *stricto sensu* ficaram de fora, para, adiante, demandarem o pagamento em uma batalha judicial travada nos EUA, vencida por eles. O governo de Cristina Kirchner recusou-se a pagar o valor demandado, inclusive alegando que seria injusto com os credores que haviam participado antes do processo de reestruturação. Inutilmente. O mercado financeiro internacional fechou-se para o seu governo em uma conjuntura externa cada vez mais adversa que se refletia internamente, uma vez que a resposta dos países dominantes à crise financeira internacional que eclodiu em 2008, especialmente a partir de 2012, foi a de proteger seus mercados com menor demanda de produtos primários e contenção da especulação sobre seus preços, o que havia permitido à Argentina crescimento em 2010 e 2011 (ZÍCARI, 2020).

Diante das mudanças no cenário internacional, o governo de Cristina Kirchner adotou uma série de medidas anticíclicas, de expansão das políticas assistenciais, visando à proteção do mercado interno e à manutenção dos empregos. Foi então acusado de intervencionista e de populista pela oposição, sobretudo ao impor limitações à compra de dólares (*cepo cambiário*), controles sobre importações e sobre as transferências de lucros a matrizes estrangeiras. Para enfrentar déficits de conta corrente (pois os pagamentos da dívida prosseguiram), o governo passou a usar as reservas do Banco Central, que foram caindo, embora acordos com a China tenham permitido certa recomposição, evitando uma situação de colapso econômico, como a oposição previa e desejava para o término do segundo mandato (ZÍCARI, 2020). Mesmo assim, Mauricio Macri venceu as eleições em 2015, com o discurso de uma crise aguda em curso (TZEIMAN, 2017). O seu governo contraiu dívida externa para pagar o montante reivindicado pelos *abutres*, justificando que o pagamento era condição para o país voltar a acessar o mercado financeiro internacional; ou seja, para voltar a se endividar em dólar.

A resposta do tal mercado foi efusiva, porém a *confiança* logo desabou diante do endividamento excessivo em pouco tempo; por sua vez, a fuga de capitais subsequente levou a Argentina de volta ao FMI, que concedeu um empréstimo bilionário ao país em 2018. O governo seguinte, de Alberto Fernández, além dos custos dessa dívida, enfrentou uma pandemia e uma seca severa. Essa não é uma história restrita ao legado do governo Macri: os governos anteriores e depois, o de Alberto Fernández, contribuíram para o avanço das dificuldades.

Por fim, cumpre ressaltar que os interesses estrangeiros se internalizam por meio dos sócios locais na liderança da economia, na cúpula do Estado, nos três poderes, no topo da burocracia de carreira e política de modo geral. Qualquer tentativa de resposta à pergunta sobre o porquê de os argentinos votarem no neoliberalismo, se sempre termina em tragédia, tem de considerar a hipótese de que a força política dos representantes dos interesses de capitais estrangeiros, na luta no campo ideológico, é crucial no despertar da nostalgia com respeito ao período anterior à crise de 1929, sob o predomínio do modelo agroexportador, com um discurso instrumentalizado para tanto.

Igualmente, não se pode ignorar que o legado dos governos de direita inviabilizou governos progressistas sempre que estes alcançaram o poder de Estado na Argentina. Não se trata de negar os erros do campo não reacionário (seguramente, são muitos), mas o passado condiciona o futuro. Do ponto de vista econômico, o peso da dívida externa adquirida durante a ditadura — e consequente “crise da dívida” — inviabilizou o governo

Alfonsín, que acabou transferindo o poder a Carlos Menem cinco meses antes do previsto, em meio a um processo inflacionário desenfreado. A última ditadura deixou marcas negativas profundas em todos os sentidos, contudo, o legado econômico do governo de Menem seria ainda pior que o deixado pela ditadura. Se, nesse período tenebroso, figuras influentes no governo vislumbraram na destruição da indústria nacional uma forma de eliminar o peronismo, foi durante os governos do peronista Carlos Menem que se concretizou a meta de reduzir significativamente a participação da indústria argentina no PIB. Nos governos Menem aderiu-se com fervor às contrarreformas neoliberais: privatizações, abertura comercial, financeirização acentuada. A desnacionalização da economia foi intensa, o desemprego aumentou, e a política cambial do “uno a uno” (um peso = um dólar) implicou, na prática, o abandono da soberania monetária.

O resultado veio em 2001: um verdadeiro tsunami político e socioeconômico. É verdade que pesaram as crises internacionais da época, em especial, a desvalorização do real no Brasil. Contudo, foi a radicalização das políticas neoliberais pelos governos de Menem que levou o país ao colapso. A situação de terra arrasada abriu caminho para o peronismo *antineoliberal light*. Em 2003, Néstor Kirchner chegou à presidência e, em pouco tempo, construiu uma imagem positiva e consolidou maioria no Legislativo. Em 2007, Cristina Kirchner foi eleita presidente, em um contexto no qual a economia crescia, impulsionada pelas exportações de commodities, e o casal parecia dotado de incrível força política.

Como mencionado, talvez por isso, o governo tenha agido com tanta confiança ao propor a Resolução 125 em 2008. Era uma medida pertinente e necessária do ponto de vista econômico-fiscal, mas politicamente foi um desastre: decidida sem distinção entre grandes, médios e pequenos produtores e sem uma campanha massiva de informação à sociedade sobre a sua importância, a Resolução acabou criando uma oportunidade para a construção da coalizão oposicionista que venceria as eleições de 2015. Quando Mauricio Macri assumiu o poder, prometeu “normalizar” o acesso ao mercado financeiro internacional. Para isso, seu governo contraiu dívida para pagar os abutres, alegando que o país precisava reconquistar a confiança dos mercados. De início, houve euforia; depois, veio o colapso: o endividamento cresceu rapidamente, a desconfiança despontou e os capitais fugiram.

Em 2018, a Argentina voltou ao FMI com um empréstimo bilionário acompanhado das tradicionais e perversas condicionalidades. Além dessa herança, o governo de Alberto Fernández foi um governo no qual a inflação explodiu, pavimentando

o caminho para a ascensão de Javier Milei, tão excêntrico que até permitiu ao ministro da Economia, Sérgio Massa, um desempenho eleitoral razoável, apesar da inflação superior a 200%.

Para encerrar, vale informar que, neste momento, a docente está coordenando a organização de uma coletânea sobre o governo Milei, que reúne treze autores, argentinos e brasileiros. Ainda não foi decidida por qual editora a obra será publicada, mas a entrega dos capítulos está agendada para maio, há tempo para a decisão. Os autores reunidos na coletânea são: Andrés Tzeiman (UBA); Angelita Matos Souza (UNESP); Adrián Almirón (UNNE); Cecilia Quevedo (UNVM; UNC); Danilo Martuscelli (UFU); Emanuel Calderón (UNVM); Fabrício Gallo (UNESP); Héctor Saint-Pierre (UNESP); Leonardo Granato (UFRGS); Leonardo Medeiros (UFRGS); Mariana Gutiérrez (CONICET); Pablo Villarreal (UNSM); Ramiro Parodi (UBA); Sérgio Braga (UFPR); Silvina Irusta (UNVM); Vanesa Villarreal (UNVM). Além dos coautores. Finalmente, almeja-se um estudo *solo* comparando Brasil e Argentina no século XXI, quem sabe, realizável após a aposentadoria da docente.

REFERÊNCIAS¹⁰

- ÁGUILA, G. *Historia de la última dictadura militar. Argentina, 1976-1983*. Siglo Veintiuno Editores, 2023.
- BALSA, J. *¿Por qué ganó Milei?: Disputas por la hegemonía y la ideología en Argentina*. Fondo de Cultura Económica, 2024.
- BASUALDO, E. M. (Org.) *Endeudar y fugir: Un análisis de la historia económica argentina, desde Martínez de Hoz hasta Macri*. Siglo XXI editores, 2017.
- BASUALDO, E.; BONA, L. M. La deuda externa (pública y privada) y la fuga de capitales durante la valorización financiera. In: BASUALDO, E. M. (Org.) (2017). *Endeudar y fugir: Un análisis de la historia económica argentina, desde Martínez de Hoz hasta Macri*. Siglo XXI editores, 2017.
- BASUALDO, E. M. El agro pampeano: sustento económico y social del actual conflicto en la Argentina. *Cuadernos del CENDES*, 25(68), 31-56, 2008.
- BELLUZZO, L. G. Indústria e progresso (02/04/2025). Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/industria-e-progresso/>, acesso em 20/12/2025.
- BELLUZZO, L. G. Uneven and combined globalization. *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v. 1, 2019.
- BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. UNICAMP-UNESP, 2018.
- BOITO, Armando; BERRINGER, Tatiana. Social classes, neodevelopmentalism, and Brazilian foreign policy under presidents Lula and Dilma. *Latin American Perspectives*, v. 41, n. 5, p. 94-109, 2014.
- BRAGA, S.; SOUZA, A. M. As relações Brasil-China sob a ótica da teoria da dependência. *Caderno CRH*, v. 38, 2025.
- BRAGA, S.; SOUZA, A. M. Estado, capacidades estatais e coalizões políticas: Argentina, Brasil e China no século XXI. *Revista REDCAEM*, n. 47, 2025b.
- BRENTA, N. *História de la Deuda Externa Argentina: de Martínez de Hoz a Macri*. Capital Intelectual, 2019.
- CARDOSO, F. H; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Civilização Brasileira, 2004.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre Estado e Dependência. *Cadernos Cebrap* (11), 1975.
- CARDOSO, F. H. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. *2º Seminário latinoamericano para el desarrollo*. FLACSO, 26-45, 1970.
- EVANS, P. *A triplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.
- EVERS, T. *El estado en la periferia capitalista*. 3 ed. México, D.F: Siglo Veintiuno, 1985.
- FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. In FIORI, José Luís, *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight, 1995.
- FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Texto para Discussão, 2015.
- FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate. Uma conversa na Teoria Crítica*. São Paulo. Boitempo, 2020.
- IANONI, M. Autonomia do Estado e desenvolvimento no capitalismo democrático. *Revista de Economia Política*, vol. 33 (4), outubro/dezembro 2013.
- IBÁÑEZ, I.; CABRAL, X. Entre apuntadores y guionistas: el papel de los medios en el conflicto campo/gobierno. *Boletín Onteakien*, v. 5, p. 5-10, 2008.

¹⁰ O levantamento bibliográfico foi bem maior, nessas referências constam apenas os autores mencionados neste relatório.

KULFAS, M. *Los tres kirchnerismos: una história de la economía argentina*, 2003-2015. Siglo Veinteuno, 2016.

LAVAGNA, R. *O desafio da vontade*. Treze meses cruciais na história argentina (abril de 2002-maio de 2003). Editora 34, 2013.

LINERA, Á. G. El concepto de Estado en Marx. Lo común por monopolios. Ediciones Akal, S.A., 2025.

LÓPEZ, E.; BARRERA INSUA, F. La pesada herencia de la dependencia. Competencia capitalista y ganancias extraordinarias en Argentina (2002-2015). *América Latina Hoy*, v. 80, 2018.

MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Paz e Terra, 1985.

MARTINS, L. La «joint-venture» État—Firme transnationale—Entrepreneurs locaux au Brésil. *Sociologie et sociétés*, 11(2), 169-190, 1979.

MARTINS, L. *Pouvoir et Développement Économique - Formation et Évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Éditions Anthropos, 1976

O'DONNELL, G. Notas para el estudio de la burguesía local, com especial referencia a sus vinculaciones con el capital transnacional y el aparato estatal. *Estudios Sociales*, n. 12, Buenos Aires, 1978.

OSTIGUY, P. *Los capitanes de la industria: grandes empresarios, política y economía en la Argentina de los años 80*. Legasa, 1990.

PALERMO, V.; NOVARO, M. *Política y poder en el gobierno de Menem*. Grupo Editorial Norma, 1996.

PERISSINOTTO, R. M. *Ideas, burocracia e industrialización en Argentina y Brasil*. Lenguaje Claro Editora, 2023.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. Enunciado, 2021.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Ed. Unicamp, 2019.

POULANTZAS, N. *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. Maspero, 1975.

POULANTZAS, N. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Maspero, 1974.

ROUGIER, M.; SCHORR, M. *La industria en los cuatro peronismos: estrategias, políticas y resultados*. Capital Intelectual, 2012.

SAES, D. A. M. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. 2ª Ed. Boitempo, 2024.

SAES, D. A. M. A construção da teoria regional do político no modo de produção capitalista. In: LAZAGNA, A.; BERRINGER, T. (orgs.). *A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas*. Editora da UFABC, 2022.

SAES, D. A. M. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In Pinheiro, M. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. Boitempo, 2014.

SAES, D. A. M. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In Nogueira, F. M. G.; Rizotto, M. L. *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. Xamã, 2007.

SAES, D. A. M. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2ª Ed. Universidade estadual de Campinas, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, 1998.

SAES, D. A. M. *A Formação do Estado Burguês no Brasil*. Paz e Terra, 1985.

SAES, D. A. M. *Classe média e sistema político no Brasil*. T. A. Queiroz, 1985b.

SEMÁN, E. *Breve historia del antipopulismo: Los intentos por domesticar a la Argentina plebeya, de 1810 a Macri*. Siglo XXI Editores, 2021.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Revista Novos Estudos*, n. 102, julho, 2015.

SOUZA, A. M.; MARTUSCELLI, D. E. Crise política e movimento pendular da burguesia interna industrial nos governos de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner. In: BOITO JR., A.; MARTUSCELLI, D. E.; GUILMO, N. (Orgs.). *Instabilidade e crise na política brasileira*. Marília: Lutas Anticapital, 2025.

SOUZA, A. M. Repensando a teoria da dependência. Site *A terra é redonda*, 2023b. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/repensando-a-teoria-da-dependencia/> acesso em 20/12/2025.

SOUZA, A. M. Dependência, entreguismo e parasitismo estatal. *Crítica Marxista*, 29(55), 71-80, 2022.

SOUZA, A. M. *Dependência e governos do PT*. Appris, 2021.

Souza, A. M. Dependência, entreguismo e parasitismo estatal. *Crítica Marxista*, 29(55), 71-80, 2022.

SOUZA, A. M. *deus e o Diabo na terra do sol: estado e economia no Brasil*. Annablume, 2009.

SOUZA, A. M. *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. Annablume, 2001.

STALLINGS, B. *Dependency in the twenty-first century? The political economy of China-Latin America relations*. Cambridge University Press, 2020.

TENEMBAUM, E. *¿Que les pasó?* 2ª Ed. Sudamericana, 2010.

TZEIMAN, A. *Radiografía política del macrismo. La derecha argentina: entre la nación excluyente y el desafío democrático*. Caterva, 2017.

VARESI, G. Á. *Kirchnerismo y neodesarrollismo: hegemonía, acumulación y relaciones de fuerzas en la Argentina*. Luxemburg, 2021.

VARESI, G. A. El “conflicto del campo” de 2008 en Argentina: Hegemonía, acumulación y territorios. *Geograficando*, 10(2), 2014.

WEBER, I. *How China escaped shock therapy; the market reform debate*. London: Rotledge, 2021.

ZÍCARI, J. N. *Martínez de Hoz. El jefe civil de la dictadura*. Ediciones Continente, 2025.

ZÍCARI, J. N. Cambiar la mentalidad: Martínez de Hoz y su relato sobre las estrategias utilizadas para combatir la inflación (1976-1981). *Revista Perspectivas de Políticas Públicas*, 13(25), 17-53. 2023.

ZÍCARI, J. *Crisis económicas argentinas: de Mitre a Macri*. Ediciones Continente, 2020.

ZÍCARI, J. *Camino al colapso: Cómo llegamos los argentinos al 2001*. Ediciones Continente, 2020b.